

Notícias do Superior

Menos universitários

Como se já não bastasse a diminuição da procura no ensino superior particular e cooperativo - consequência directa do decréscimo de alunos e aumento do *numerus clausus* no ensino estatal - também o ensino superior público regista este ano uma quebra no número de candidatos que ronda os nove por cento, a maior dos últimos anos.

De 54 414 candidatos que concorreram na 1ª fase às universidades e institutos politécnicos públicos no ano lectivo anterior passou-se para 49 563 no ano 1999/2000. Embora alguns refiram razões demográficas e a tomada de consciência de que alguns cursos servem para muito pouco, o director-geral do Ensino Superior, Pedro Lourtie considera que o fenómeno tem a ver com os resultados dos exames nacionais do ensino secundário, que funcionam como provas de ingresso no superior e foram muito piores do que os do ano anterior.

Em declarações ao Diário de Notícias aquele responsável traçou uma previsão do que deverá acontecer num futuro muito próximo: «Deverão ficar muitas vagas por preencher em cursos cujo acesso é determinado pelas específicas de matemática e de física». Acrescente-se que as notas destes exames baixaram significativamente na 1ª fase dos exames nacionais. A média de matemática diminuiu de 8,4 valores (no ano anterior) para 7,1, e a de física, que em 1998 tinha conseguido uma média de 10,5 valores caiu este ano para 8,5. A maior queda das 12 disciplinas em exame.

Esta má prestação na 1ª fase dos exames nacionais do ensino secundário também poderá significar que haverá muitos alunos a fazer a 2ª época de exames e a tentar entrar na 2ª fase de acesso ao superior. Nesta ordem de ideias, isso também deixa antever que as vagas da 2ª fase deverão ser mais numerosas do que o habitual.

Mais diplomados desempregados

Um estudo inédito encomendado pela Fundação da Juventude, e que contou com o apoio da Comissão das Comunidades Europeias, concluiu que o ensino superior não prepara convenientemente os diplomados para a vida profissional, que os empresários não conhecem as reais possibilidades produtivas/qualificações dos diplomados e que as empresas não querem pagar as remunerações pretendidas pelos diplomados, apesar de terem condições para o fazer. O resultado está à vista: o desemprego de diplomados tende a aumentar.

Este projecto de investigação, agora publicado com o título «Diplomados Desempregados - Determinantes da Procura de Ensino e da Oferta de Qualificações», foi promovido pela fundação ao abrigo do Programa Pessoa e gerido pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional a partir de informações recolhidas junto de uma amostra de 1500 estudantes do ensino superior (público, incluindo o ensino de dupla tutela, e privado, onde se insere também a universidade Católica) dos primeiro e último anos dos cursos universitários e politécnicos.

Entre as muitas conclusões a que chegou o estudo é de realçar a seguinte, que surge quase como um conselho: «A heterogeneidade da oferta de qualificações revela um sistema de ensino superior carente de avaliação e reflexão profunda e contribui, seguramente, para o fenómeno do desemprego de diplomados, a par da incapacidade do sistema produtivo em assimilar os crescentes contingentes de diplomados».

Outros dados permitem perceber que as mulheres esperam vir a ter mais dificuldades em encontrar emprego do que os homens e que o problema do desemprego não está do lado dos diplomados, mas sim «na ausência de incentivos públicos (papel do Estado) e nas empresas, que, em geral não estão dispostas a pagar mais para terem os profissionais com melhores qualificações, nem a satisfazerem as exigências impostas pelos mesmos». Isto apesar dos «sugeridos défices na preparação dos diplomados para a vida profissional, o que coloca, na perspectiva dos inquiridos, as causas também do lado das escolas superiores».

Mas os estudantes portugueses apresentam soluções para o problema do desemprego de diplomados: sensibilizar as escolas superiores para que o ensino seja adequado ao mercado de trabalho; sensibilizar os empresários para a necessidade de recrutar diplomados; apoiar a criação de empresas; disponibilizar mais informação sobre a oferta de emprego; incentivar estágios remunerados nas empresas e atribuir subsídios estatais às empresas.

Luísa Melo

Jornalista do Diário de Notícias

Plano Poupança Educação

O Conselho de Ministros aprovou recentemente um decreto-lei que cria os Planos Poupança-Educação (PPE). Estes planos terão benefícios fiscais, já que a filosofia será semelhante à dos Planos Poupança-Reforma (PPR), o que permitirá canalizar as poupanças das famílias ou empresas para a promoção da educação do próprio ou de

familiares.

Esta medida incidirá não só no ensino superior, mas também no ensino profissional e pretende contribuir para uma maior efectivação do direito à educação no ensino pós-obrigatório. O presidente da Federação Nacional das Associações de Estudantes do Ensino Básico e Secundário, Miguel Mendes, considera esta medida como «discriminatória» por não abranger também os estudantes do básico e do secundário, muitos dos quais são carenciados e estudam com muitas dificuldades.

Quanto aos incentivos fiscais, serão dedutíveis à colecta do IRS até 25 por cento do montante, que não poderá exceder os 104 contos mensais.